



EDUCAR PARA A AUTONOMIA: A LITERATURA COMO FORMADORA DO PENSAMENTO CRÍTICO

EDUCAR PARA LA AUTONOMÍA: LA LITERATURA COMO FORMADORA DEL PENSAMIENTO CRÍTICO

EDUCATING FOR AUTONOMY: LITERATURE AS A DEVELOPER OF CRITICAL THINKING

(iD)

Paulo ANDRADE¹ e-mail: paulo.andrade@unesp.br

(iD

Raquel Mariano ALVES² e-mail: raquelmarianoym@gmail.com

Como referenciar este artigo:

ANDRADE, P.; ALVES, R. M. Educar para a autonomia: A literatura como formadora do pensamento crítico. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023020, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17882



Submetido em: 10/10/2022

Revisões requeridas em: 18/11/2022

| **Aprovado em**: 22/12/2022 | **Publicado em**: 01/01/2023

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, n. 00, e023020, 2023. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17882

e-ISSN: 1982-5587

0 /

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Professor Assistente. Doutorado em Estudos Literários (UNESP). Departamento de Linguística, Literatura e Letras Clássicas (DLLLC). Co-chair da Brazil Section da LASA (Latin American Studies Association).

² Universidade de São Paulo (USP), São Paulo – SP – Brasil. Graduada em Letras, Português e Linguística (FFLCH/USP), Graduação em Pedagogia (USP) e MBA em Gestão Escolar (USP).

RESUMO: Paulo Freire concebe a leitura como um ato de transgressão e prática de autonomia para a formação do pensamento crítico, que se desenvolve na relação dialógica entre leitura do mundo e leitura da palavra escrita. O presente artigo defende o papel da literatura como espaço capaz de mobilizar um campo completo de saberes e um efetivo instrumento de inovação social, à medida que contribui para o exercício da alteridade e da diversidade. Como a palavra poética, formada por um sistema específico de linguagem, que leva em conta a vivência do leitor, deve ser apresentada na sala de aula?

PALAVRAS-CHAVE: Paulo Freire. Pedagogia crítica. Leitura. Poesia em sala de aula. Pensamento crítico.

RESUMEN: Paulo Freire concibe la literatura como un acto de transgresión y práctica de autonomía para la formación del pensamiento crítico, que se desarrolla en la relación dialógica entre leer el mundo y leer la palabra escrita. El presente artículo defiende el papel de la literatura como espacio capacitado de movilización del campo completo de saberes y un efectivo instrumento de innovación social, contribuyendo a la medida para el ejercicio de alteridad e de la diversidad. ¿Cómo debe presentarse en el aula la palabra poética, formada por un sistema lingüístico específico, que tenga en cuenta la experiencia del lector?

PALABRAS CLAVE: Paulo Freire. Pedagogía crítica. Lectura. Poesía en el aula. Pensamiento crítico.

ABSTRACT: Paulo Freire understands reading as an act of transgression and practice of autonomy for the construction of critical thinking, which is developed by the dialogic relation between reading the world and reading the written word. This paper defends the role of Literature as a space capable of mobilizing a complete field of knowledge and an effective instrument of social innovation, insofar as it contributes to the practice of alterity and diversity. How should the poetic word, formed by a specific language system which takes into consideration the reader's experience, be presented in the classroom?

KEYWORDS: Paulo Freire. Critical pedagogy. Reading. Poetry in the classroom. Critical thinking.

Introdução

Paulo Freire, primeiro, leu o mundo. Depois, leu a palavra. Primeiro alfabetizou-se com a casa de sua infância, a dança da copa das árvores e o canto dos pássaros. Leu as águas das chuvas, o assobio do vento. Leu a forma das folhas, o cheiro das flores, a casca dos frutos. Depois, leu a palavra escrita, a palavra-ação: foi introduzido à leitura da palavra escrita por seus pais, no chão de sua casa, com as palavras do seu mundo de menino, com sua própria *palavra*. Com Eunice, sua primeira professora, a leitura da palavra escrita não foi ruptura, foi complemento. No ginasial, Freire conhece a potência da leitura crítica da palavra, num momento em que o texto se oferecia à sua intensa procura.

Sujeito que elaborou sua experiência e a transformou depois em prática e método, Freire nos ensina que o lugar da leitura deve ir além, muito além da decodificação da palavra escrita. Percorrendo uma trajetória marcada pela preocupação, real e simbólica, com os índices de analfabetismo no Brasil, sobretudo com a população adulta, trabalhadora e popular, e expondo sempre o papel social do trabalho com a palavra, Paulo Freire é, para nós, o símbolo da necessidade de se enxergar "[...] a leitura e a escrita sob o ângulo da luta política" (FREIRE, 1996, p. 17).

Se partirmos do entendimento de que Freire defende a leitura como ato de transgressão e como prática de autonomia, devemos fazer uma reflexão sobre qual é o trabalho com a palavra capaz de promover a ação transgressora. Certamente, não se fala sobre qualquer leitura descritiva, posto que o educador nos informa que "[...] a leitura de um texto, tomado como pura descrição de um objeto, é feita no sentido de memorizá-la, nem é real leitura, nem dela, portanto, resulta o conhecimento do objeto de que o texto fala" (FREIRE, 1996, p. 26). Acontece que a transgressão, a formação do pensamento crítico, se desenrola no exercício formativo que promove a relação dialógica entre leitura do mundo e leitura da palavra escrita, sendo esta precedida por aquela, numa dança em que ambas as tarefas se completam mutuamente, e nesta relação com a leitura crítica, e com o entendimento geral do ato pedagógico, o papel do educador será muito menos o de fornecer respostas e depositar conteúdos e muito mais o de ajudar a elaborar e educar para a autonomia.

Se pensarmos, por exemplo, no debruçar-se de Paulo Freire sobre o tema da alfabetização, campo que até hoje carrega contribuições históricas do educador, conseguiremos localizar diversas passagens em seus escritos em que o problema do analfabetismo massivo da população brasileira se estabelece como um incômodo:

Em sociedade que exclui dois terços de sua população e impõe ainda profundas injustiças à grande parte do terço para o qual funciona, é urgente que a questão da leitura e da escrita seja vista enfaticamente sob o ângulo da luta política e que a compreensão científica do problema traz sua colaboração. É um absurdo que estejamos chegando ao fim do século, fim de milênio, ostentando os índices de analfabetismo, os índices dos que e das que, mal alfabetizadas, estão igualmente proibidos de ler e de escrever, o número alarmante de crianças interditadas de ter escolarização e que com tudo isso convivamos quase como se estivéssemos anestesiados (FREIRE, 1996, p. 17-18).

Encontramos um paralelo desse incômodo em bell hooks, ao afirmar que,

[...] sem alfabetização, as populações (não brancas) ficam simplesmente condenadas a receber salários de escravos, favorecendo uma classe privilegiada de escravizadores que preferem seus trabalhadores surdos e mudos. Estudos recentes em alfabetização revelam que homens negros estão rapidamente formando um dos grupos mais analfabetos em nossa sociedade (HOOKS, 2020, p. 203).

Ainda que as lentes de interpretação sejam distintas, uma vez que Paulo Freire se debruçou sobre o problema do analfabetismo, principalmente na população operária, popular e adulta, e bell hooks busque discutir os efeitos do analfabetismo em massa na população negra norte-americana, os caminhos de ambos os autores nos levam a um lugar comum: qual será a possibilidade de futuro de um grupo que não tem acesso à alfabetização, ao universo letrado e ao mundo escrito? Se a inserção do indivíduo em nossas práticas sociais depende do domínio da escrita, não parece haver outra maneira de pensar uma lógica de ascensão social para determinados grupos historicamente oprimidos e marginalizados sem passar pelo exercício da capacitação para o trabalho crítico com a palavra.

O centenário de Paulo Freire nos chega acompanhado de diversos desafios. Apesar de avanços estatísticos, o Brasil ainda figura entre os 10 países com mais adultos analfabetos³ no mundo, tendo sido 11 milhões em 2019, de acordo com dados do IBGE (2019), e estando longe de atingir a quinta meta do Plano Nacional de Educação de 2014, que propõe a erradicação do analfabetismo até o ano 2024⁴. O desmonte das políticas educacionais e os recentes cortes no

RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, n. 00, e023020, 2023. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17882

(cc) BY-NC-SA

e-ISSN: 1982-5587

³ De acordo com o UNESCO Global Education Monitoring Report 2019. Disponível em: https://gem-report-2019.unesco.org/. Acesso em: 10 dez. 2022.

⁴ O Plano Nacional de Educação (2014-2024) apresenta como quinta meta objetiva a tarefa de: "Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental", sendo uma preocupação explícita no próprio documento a ideia de que "[...] a alfabetização hoje não pode mais ser considerada uma (de)codificação mecânica de letras e sílabas; ela deve ser entendida em relação à efetiva participação da criança nas práticas de letramento às quais se encontra exposta, dentro e fora da escola. Assim, torna-se necessário tomar os usos e as funções da língua escrita com base na elaboração de atividades significativas de leitura e escrita" (BRASIL, 2015, p. 85).

setor da educação tornam o caminho até o cumprimento dessas metas ainda mais longo e inalcançável. Sobretudo porque pensar Paulo Freire é pensar não apenas na oportunidade de contato com a cultura escrita, mas também no processo de formação crítica por meio da palavra, uma vez que "[...] a leitura do mundo não é apenas interesse observador, mas interesse em escrevê-lo, transformá-lo através de uma prática consciente (que pode e deve ser mediada pela formação leitora)" (FREIRE, 1984, p. 22).

Não se pode desconsiderar que se somam aos mais de 11 milhões de brasileiros ainda analfabetos 30% da população entre 15 e 60 anos considerados "analfabetos funcionais", segundo o Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF)⁵, ou seja, um grande volume de pessoas que conseguem encontrar informações explícitas em textos simples, mas não são capazes de fazer inferências ou desenvolver um pensamento crítico autônomo a respeito do que leram. Assim, somos levados à discussão não apenas sobre o alto índice de analfabetos, um problema quantitativo, mas também sobre a qualidade desse trabalho que vem se desenvolvendo sobre a palavra escrita, reiterando a necessidade de voltarmos a Paulo Freire na defesa do trabalho articulado entre a leitura de mundo e leitura da palavra.

Ao mesmo tempo em que a memória de Paulo Freire vem sendo vilipendiada no país, intelectuais nacionais e internacionais têm se mobilizado para refletir, em eventos acadêmicos, sobre a dimensão do legado da obra freireana. As comemorações do centenário do patrono nacional da educação nos impulsionam a pensar sobre o papel da literatura e sua contribuição para uma educação transgressora.

Como o texto literário apresenta um potencial ilimitado para ampliar o universo de significados do aluno sobre os dois níveis de realidade – o externo, que possibilita a reflexão sobre aspectos objetivos da sociedade, e o interno, que suscita o sondar no universo subjetivo do indivíduo -, defendemos que a literatura deveria ocupar lugar privilegiado na formação integral do aluno.

Concebido como um sistema específico de linguagem, com procedimentos próprios para obtenção de um efeito de sentido e que, ao mesmo tempo, deve levar em conta a experiência e a vivência do leitor, como o texto literário deve ser apresentado na relação pedagógica e na sala de aula? Como evitar a utilização dos gêneros literários apenas como meros instrumentos, lidos no mesmo nível de textos referenciais, servindo apenas como veículo para reforçar o

RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, n. 00, e023020, 2023. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.17882 (CC)) BY-NC-SA

Disponível em: ttps://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018 Relat%C3% B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

aprendizado das outras disciplinas ou como mero suporte para exercícios gramaticais? Como a literatura pode ter um papel preponderante como formadora do homem?

As questões lançadas acima estão no cerne da própria reflexão em torno da natureza e da função da literatura em uma educação para a autonomia e seu caráter emancipador, que vamos buscar desenvolver abaixo, a partir das contribuições teóricas advindas dos lugares de onde nós erigimos o nosso discurso: a teoria literária e a sociologia da educação. Afinal, se de um lado a pedagogia dominante é uma "[...] barreira cerrada às possibilidades educacionais dos que se situam nas subculturas do proletariados e marginais" (FIORI, 2019, p. 11), de outro o processo educativo respeitoso, transgressor e crítico abre caminhos para a formação de sujeitos autônomos, no qual aquele que sempre fora oprimido "[...] tem condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica" (FIORI, 2019, p. 11), e, assim, configurar-se responsavelmente em sua formação e em seu trajeto. É em nome desta segunda opção que retomamos Paulo Freire e levantamos nossa voz.

A literatura: um campo completo do saber

Por mobilizar um campo completo de saberes e de tradições culturais, por meio das mais variadas formas de textos escritos ou criações orais produzidas em todas as épocas ao longo da História, em praticamente todas as sociedades humanas, a literatura constitui um meio privilegiado de conhecimento do ser humano e de suas relações sociais – seja numa perspectiva universal, que enfatiza os traços encontrados em todos os seres humanos, independentemente do seu tempo ou espaço geográfico, visão muito valorizada pelas utopias modernas, seja em suas especificidades históricas, regionais e locais.

Cada povo cria seus recursos imaginários, desde suas "formas simples" (JOLLES, 1976), ou seja, os mitos, as sagas, as lendas e os provérbios, passando pela linguagem escrita, além da necessidade do vínculo e pertencimento a um grupo, para responder em formas de representação simbólica os efeitos causados na sua subjetividade advindos da realidade exterior. Transfigurados em linguagem artística, os laços com a realidade que lhe deram origem adquirem outro estatuto, diferentes dos fatos naturais objetivados pela ciência ou pela história. Por outro lado, quanto mais se afastam do real concreto, mais ganham poder de simbolização, ampliando a natureza universal da obra de arte literária.

Ao ser perguntado em entrevista se é possível ensinar literatura, Roland Barthes responde de forma contundente: "A esta pergunta que recebo diretamente, responderei também

diretamente, dizendo que só é preciso ensinar literatura" (BARTHES, 1995, p. 262). O teórico francês justifica sua resposta, argumentando que:

[...] a literatura é [...] uma *mathesis*: um campo completo do saber. Ela encena, através de textos muito diversos, todos os saberes do mundo num determinado momento. É, de fato, evidente que não é um saber científico, embora esteja articulado sobre os códigos científicos das diferentes épocas (BARTHES, 1995, p. 262).

O teórico francês também enfatiza o poder político das criações literárias:

A 'literatura' é, sem dúvida, um código narrativo, metafórico, mas também um local onde se encontra empenhado, por exemplo, um imenso saber político. É por esta razão que afirmo, paradoxalmente, que só é preciso ensinar literatura, porque com ela se poderia estar próximo de todos os saberes (BARTHES, 1995, p. 262-263).

Ainda na mesma entrevista o teórico desestabiliza o discurso que pretende fixar a literatura ao espaço do entretenimento por acreditar que a obra literária não tem compromisso com os fatos, e que, portanto, o saber só poderia ser partilhado pelas disciplinas "científicas", consideradas as únicas que dizem a verdade. Eis abaixo a resposta de Barthes:

A "literatura" não diz a verdade, mas a verdade não está apenas aí onde não se mente [...]: o contrário de mentir não é, forçosamente, dizer a verdade. É preciso deslocar a questão: o importante não é elaborar, difundir um saber sobre a literatura (nas "histórias da literatura"), é mostrar a literatura como uma mediadora do saber" (BARTHES, 1995, p. 263).

Nesta defesa da literatura, resta dizer que ela se constitui como forma de conhecimento do outro, sendo um efetivo instrumento de inovação social, à medida que contribui para o exercício da alteridade e da diversidade cultural. Da mesma forma, a Literatura mantém vínculos com a Filosofía, embora a primeira se utilize de uma linguagem formal específica. Ambas são verdadeiras em suas próprias particularidades, dentro de suas especificidades. Elas não coincidem nem na forma, nem na linguagem, pois suas lógicas internas, bem como seus processos de construção, são diferentes. A Literatura diz coisas que a Filosofía não saberia como dizer. São estas especificidades que garantem que cada uma delas seja um campo fértil para a humanização do mundo. Como bem sintetiza Todorov (2006, p. 81), "[...] a literatura deve ser compreendida na sua especificidade, enquanto literatura, antes de se procurar estabelecer sua relação com algo diferente dela mesma". A literatura não é e não pretende ser a

(cc) BY-NC-SA

representação da sociedade, nem um modelo filosófico de pensar o mundo; é uma linguagem singular que se vincula à sociedade, à filosofia e às outras disciplinas.

Como nos ensina Antonio Candido, os valores, a visão de mundo que uma sociedade defende ou que considera prejudicial ou que denuncia ou que nega, estão demonstrados nas diversas manifestações literárias e culturais de uma nação. A arte é sempre um produto social. A obra literária nos faz tomar contato com a vida nas suas verdades locais e universais, comuns a todos os homens e lugares, porque são as verdades inerentes à condição humana, mas o modo de fazê-lo é, antes de tudo, pela linguagem, nela e com ela.

Não é objetivo do escritor narrar os fatos, mas expor as lacunas, desmascarar pontos obscuros, abrindo-se para possibilidades da experiência humana, pelo viés da verossimilhança. Isso marca a diferença do escritor, do historiador e do sociólogo. Apesar de traços da linguagem ficcional permearem os discursos da História, e muitos historiadores se permitirem alimentar pelos aspectos imaginários, é inegável que, como cientistas, os historiadores têm procedimentos de recolha, delimitação, sondagem e análise dos fatos, baseados em critérios de objetividade e compromisso com os acontecimentos passados, que asseguram um caráter científico à sua área de atuação, enquanto a literatura tem uma liberdade para se fixar numa abordagem ficcional dos fatos, de modo que, se ambas podem trabalhar com aspectos relacionados a fatos históricos, os procedimentos e a forma de criar seus discursos diferem completamente.

É por esse conteúdo universal, presente nas obras literárias, que vale lembrar aqui o famoso ensinamento de Ezra Pound em seu clássico ensaio *ABC da literatura* (*ABC of reading*), no qual defende que, se alguém deseja encontrar uma síntese da consciência de um determinado século, deve procurá-lo na literatura, seja no teatro, na poesia ou na narrativa da época. Diz Pound: "Os artistas são as antenas da raça" (POUND, 1970, p. 77) por captarem, anteciparem e fazerem prognósticos do espírito de uma época mais rápido que os cientistas e por perceberem as transformações sociais com grande perspicácia, sendo capazes de torná-las visíveis ao leitor por meio de suas recriações feitas com a linguagem.

O escritor é um tipo de intelectual cujo trabalho envolve preocupação com a linguagem. Ele cria uma verdade ficcional que não pode ser medida pelos parâmetros das verdades fatuais. Os fatos que ele manipula na ficção não são apenas os da realidade concreta. São verdades humanas universais, que traduzem antes um sentimento de experiência, uma compreensão e um julgamento das coisas e que fornecem um retrato vivo e insinuante da vida. Sentimentos como a angústia em face da morte, a consciência da passagem do tempo, os problemas da velhice, a indignação contra a opressão e a injustiça, a falta de comunicação entre as pessoas, os jogos de

dominação de umas pessoas sobre outras, o sofrimento causado pelas paixões – dentre outros temas relevantes –, são tratados nas obras literárias de todos os tempos.

Representar suas experiências é uma atividade inerente ao ser humano. Como observa Aristóteles (1994), o homem tem predisposição à representação e encontra grande prazer intelectual nessa predisposição em imitar. Antonio Candido também defende que a fabulação, a capacidade de imaginação seja inerente ao homem: "Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação" (CANDIDO, 2011, p. 175).

Até esta altura, refletimos sobre o potencial humanizador e formador do pensamento crítico. A seguir, daremos uma breve amostra de como o poeta provoca o pensamento crítico do leitor ao construir uma poesia de resistência à ideologia hegemônica. Para isso, ilustraremos nossa discussão a partir de dois poemas de Luiz Silva, o Cuti, teórico, crítico literário, dramaturgo, ficcionista, poeta e um dos fundadores e mantenedores dos *Cadernos negros* (1978-1993) e do grupo "Quilombhoje".

Tendo uma consistente formação teórica e literária e definida atuação políticoideológica, a poética de Cuti nasce de uma resistência cultural e de atitude transgressora. Concebendo a linguagem poética como potência transformadora da consciência, o poeta revela as táticas de resistência, não obstante as restrições de toda ordem. Para isso, encena o confronto ideológico entre os discursos do negro e do branco, fazendo da palavra uma arena de luta simbólica, para usar a famosa imagem de Bakhtin, como no poema metalinguístico "Estética", publicado em *Sanga* (2002):

> quando o escravo surrupiou a escrita disse o senhor: – precisão, síntese, regras e boas maneiras! são seus deveres

enxurrada se riu demais em chuva do conta-gotas e sua bota de borracha rota na maior despercebida enchente daqueles tempos adjetivos escorrendo ainda hoje em negrito. (CUTI, 2002, p. 77).

Os recursos sonoros utilizados na primeira estrofe, como o /r/ vibrante em encontros consonantais, encena um discurso travado e disciplinar ("escravo", "escrita", "precisão",

"regras") que se opõe à sonoridade de "surrupiar": tomar para si a escrita, marco da civilização e da representação de poder que ao negro havia sido negado, é o gesto de resistência dessa estética.

As duas estrofes, com seis versos cada, são reguladas por dois discursos que se rivalizam: as imagens de contenção, travamento e rigidez (da primeira) sofrem reação (na segunda), figurativizada por um campo semântico aquático, reforçando a imagem de fluidez dos versos livres e encavalgados, que suscitam o efeito de liberdade.

O modo sarcástico com que o eu lírico rejeita a cobrança de "[...] precisão, síntese, regras / e boas maneiras!" (v. 4-5) evidencia uma técnica que é refratária à ideia de "contenção", mas que busca expansividade, pelo verso livre, como no caudaloso e sonoro "[...] enxurrada se riu demais em chuva" (v. 7), cujas aliterações em *ch* e *r* prolongam o efeito da enxurrada, pontuando a diferença do discurso de contenção e boas maneiras de uma produção "a contagotas". A impermeabilidade e barreira do mundo exterior, inscritas nas botas de borracha, desejando manter-se secas das enxurradas, não funcionam, pois as botas, cujo prazo de validade está contado, são rotas.

O acesso e domínio das formas de expressão branca são transformados em metáfora de enxurrada que, crescendo em silêncio, por meio das vontades individuais e coletivas, transborda, sai do controle e promove a mudança da substância "tempo" – "[...] tempos / adjetivos" (v. 9-10). A escrita, agora surrupiada, transforma-se em espaço de expressão da subjetividade do negro e continua fortalecendo os laços identitários entre o passado e o presente: "[...] escorrendo ainda hoje / em negrito" (v. 11-12).

Cuti busca operar uma cisão não apenas no campo estético, incorporando e desestruturando uma linguagem portadora de significações brancas, mas também no ético, quando suscita a reflexão e abre espaço para a denúncia de um histórico de preconceitos e de discriminação racial, como procura explicar no fragmento abaixo:

Blitz no sentimento negro é uma constante. Acusado de rancor, resta à alternativa de viver em si mesmo, enquanto aprende as regras da vista grossa e do escamoteamento da expressão. Na pauta do permitido todos devem se esforçar para o sustento de todas as notas da hipocrisia nas relações raciais. [...]. Hoje há um dado considerável na transformação, a presença dos descendentes, mais visíveis, dos escravos. O texto escrito começa a trazer a marca de uma experiência de vida distinta do estabelecido. A emoção – inimiga dos pretensos intelectuais neutros – entra em campo, arrastando dores antigas e desatando silêncios enferrujados. É a poesia feita pelo negro brasileiro consciente (CUTI, 1985, p. 13).

Em "Mamice", a voz lírica subverte a mensagem conformista que está na base do ditado popular "Não chore pelo leite derramado" e seu significado apaziguante, buscando manter o outro numa condição pacificadora sobre eventos negativos que aconteceram no passado:

Sou daqueles que cobram o leite derramado

vovó que não era vaca morreu seca e seus bezerros brancos agora touros desmamados ainda procuram tetas para seus rebentos viciados

sou daqueles que cobram o leite derramado e não aceito esmola do que me foi roubado (CUTI, 2010, p. 46).

O eu lírico não chora pelo leite derramado; ao contrário, cobra e exige reparação pelos danos históricos causados pela empresa colonial. O ditado popular é a mola impulsionadora do poema, mas os sentidos do "leite", enquanto "fonte de nutrição" na cultura ocidental, passam a ser metonímia de "fonte de exploração" contra a população negra. Outra expressão popular que complementa a construção do poema é a "mamar na vaca", um tipo de resposta dada para quem quer alcançar seus objetivos, mas não quer investir no esforço pessoal.

A voz lírica inverte o processo de animalização do corpo negro, herança da mentalidade escravista, primeiro pela negação (a sua avó, negra, não era vaca); depois, pela comparação (os brancos eram touros e bezerros insaciáveis, rebentos viciados em explorar). O eu lírico encerra o poema advertindo que não quer esmolas, mas o que é seu por direito, aquilo que lhe "[...] foi roubado" (v. 12).

Literatura é, antes de tudo, linguagem. Linguagem utilizada em sua máxima potência semântica possível, possibilitando que um significado se abra, como um leque, para uma gama de outros sentidos. O escritor trabalha a palavra em suas possibilidades, explorando ao máximo seu material sonoro, visual, semântico, rítmico, na busca da construção de sentidos sempre novos sobre o objeto já visto, mas, sendo uma forma de comunicação que se utiliza de uma língua nacional, a literatura também é produto de uma história e de uma sociedade. As formas literárias têm uma forte relação com todas as instâncias da sociedade. Por isso, vamos citar novamente Ezra Pound: "Uma nação que negligencia as percepções de seus artistas entra em declínio. Depois de certo tempo, ela cessa de agir e apenas sobrevive" (POUND, 1970, p. 78).

Se, até o momento, estamos nos referindo à natureza da Literatura, é preciso é lembrar aqui da sua função libertadora, já definida pelos formalistas russos, em 1917, no primeiro ensaio de Victor Chklovski, *Arte como procedimento*, no qual ele demonstra que a função da obra de arte é destruir a percepção automática e mecânica do objeto. Para Chklovski, "[...] a imagem não procura nos facilitar a compreensão do seu sentido, mas criar uma percepção particular do objeto. Busca a criação de sua visão e não do seu reconhecimento" (CHKLOVSKI, 1978, p. 50). Mesmo diante deste contexto contemporâneo, centrado na cultura da imagem e na velocidade das informações, a literatura ainda revela sua força libertadora e humanizadora, enquanto construção estética.

Em seu ensaio "A personagem do romance", Antonio Candido (1989) faz uma proficua relação entre o ser vivo e o personagem, um ente de ficção, feito de papel, cuja existência é estruturada dentro do enredo de um romance. A leitura da literatura proporciona uma vivência profunda da linguagem, enquanto experiência com a língua e o universo cultural que ela exprime. A literatura é, em si, em sua própria linguagem, resistência. Em sua autonomia, ela resiste a usar a linguagem como moeda de troca, como forma de informação instrumental. Se ela, a literatura, não resistir, ela será uma atividade humana, integrada e alienada às forças do capital, pois se transformará em mercadoria. Em seu clássico ensaio, Chklovski (1978) nos ensina que a linguagem, em seu uso cotidiano, para comunicação e informação, tende à automatização, alienando o indivíduo por enfatizar apenas o conteúdo da informação.

As construções linguísticas do texto literário, aquilo que o torna hermético, se negam a ser linguagem de comunicação. Uma das principais funções sociais da língua literária é justamente romper as percepções automatizadas do cotidiano, causando estranhamento e choque no leitor, porque apresenta uma linguagem que é, ao mesmo tempo, familiar e estranha. É a linguagem que chama a atenção para si mesma, para sua estrutura interna. É como se a literatura criasse uma língua estrangeira dentro da própria língua. Cria-se uma visão particular de cada objeto, descrevendo-o como se o víssemos pela primeira vez. É essa construção racional e consciente da arte que tende cada vez mais para o conhecimento.

A função da arte (em geral) e da obra literária (em específico) é provocar o *estranhamento*, criar um máximo efeito sobre o objeto no leitor. Para Chklovski, provocar o *estranhamento* consiste "[...] em obscurecer a forma, em aumentar a dificuldade e a duração da percepção" (CHKLOVSKI, 1978, p. 54). E mais:

Já a arte pretende estabelecer uma nova percepção do objeto através de um procedimento de singularização. Há, por isso, a tentativa de tornar as formas

opacas, de aumentar a dificuldade de entendimento para que se alcance uma maior duração da percepção, pois "a arte é um meio de experimentar o devir do objeto, o que já é 'passado' não importa para a arte".

Esse método nos leva a perceber o que vemos ou lemos não da maneira cotidiana, mas sim de modo mais intenso e prolongado. A arte adia o entendimento o máximo que pode, digamos assim, para ampliar a nossa compreensão interna das coisas como se assim pudéssemos sentir como essas coisas poderiam ou podem ser, e não como elas supostamente já são.

A literatura "singulariza" a nossa percepção ao se mostrar a cada instante como nova, única; "desfamiliariza" o seu contexto e o dos leitores, levando-o para um espaço do abismo emocional, desestruturando emoções congeladas, naturalizadas, e "desaliena", uma vez que desloca da nossa condição alienada de seres embotados para começar a olhar o mundo com olhos livres.

À guisa de conclusão, também se torna uma forma de conhecimento privilegiado acerca do mundo e do homem. Para Adorno (apud RAMOS-DE-OLIVEIRA; ZUIN; PUCCI, 2000, p. 101), a experiência estética é a forma mais adequada de conhecimento, porque nela sujeito e objeto, ideia e natureza, razão e experiência sensual estão inter-relacionados sem que nenhum dos polos predomine, o que proporciona ao leitor um modelo estrutural para o conhecimento dialético materialista. Pensar a experiência literária, sua articulação com os elementos sociais e todas as possibilidades de trabalho para promover o diálogo entre texto e pensamento crítico é, também, evocar Paulo Freire. Evocá-lo em sua essência libertária, responsiva, na busca e na prática de uma educação transgressora que instiga a autonomia e faz de cada cidadão um sujeito de sua história, em um contínuo processo coletivo de humanização.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução, prefácio, introdução, compêndio e apêndices de Eudoro de Sousa. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994. (Coleção Estudos Gerais / Série Universitária).

BARTHES, R. Literatura/ensino. *In*: BARTHES, R. **O grão da voz**: Entrevistas (1962-1980). Tradução: Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 262-263.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015. 404 p. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/plano_nacional_de_educacao_pne_2014_2024_linha_de_base.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.

CANDIDO, A. A personagem do romance. *In*: CANDIDO, A. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1989. p. 51-80.

CANDIDO, A. O direito à literatura. *In*: CANDIDO, A. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2011. p. 169-191.

CHKLOVSKI, V. A arte como procedimento. *In*: CHKLOVSKI, V. *et al.* **Teoria da literatura**: Formalistas russos. Tradução: Ana M. R. Filipouski et al. Porto Alegre: Globo, 1978. p. 39-56.

CUTI. Literatura negra brasileira: notas a respeito dos condicionamentos. *In*: QUILOMBHOJE (org.). **Reflexões sobre literatura afro-brasileira**. São Paulo: Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra, 1985. p. 15-24.

CUTI. Sanga. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

CUTI. Negroesia: antologia poética. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: Em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1996. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 13).

FIORI, E. M. Aprender a dizer a sua palavra. *In*: FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

HOOKS, B. **Ensinando pensamento crítico**: Sabedoria prática. Tradução: Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio contínua**. 2019. Disponível em: https://www.ibg e.gov.br/estatisticas/sociais/educacao.html. Aceso em: 10 dez. 2022.

JOLLES, A. Formas simples. São Paulo: Cultrix, 1976.

POUND, E. ABC da literatura. Tradução: Augusto de Campos e José Paulo Paes. São

Paulo: Cultrix, 1970.

RAMOS-DE-OLIVEIRA, N; ZUIN, A. A. S.; PUCCI, B. (org.). **Teoria crítica, estética e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

TODOROV, T. Análise estrutural da narrativa. *In*: **As estruturas narrativas**. Tradução: Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 79-89.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Não há.

Financiamento: PROEX/CAPES. Conflitos de interesse: Não há. Aprovação ética: Não há.

Disponibilidade de dados e material: Não há.

Contribuições dos autores: Raquel Mariano Alves contribuiu com toda a reflexão sobre a teoria de Paulo Freire e o diálogo com bell hooks. Paulo Andrade elaborou toda a reflexão em torno do papel da Literatura enquanto um instrumento transgressor e que auxilia a formação da autonomia do sujeito crítico.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.

